

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.597 - PB (2019/0352415-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DA PARAÍBA  
**PROCURADORE** : VENÂNCIO VIANA DE MEDEIROS FILHO - PB004182  
**S**  
IGOR DE ROSALMEIDA DANTAS E OUTRO(S) - PB016663  
**AGRAVADO** : JOAO PAULO FORTUNATO DE SOUSA  
**ADVOGADOS** : UBIRATÃ FERNANDES DE SOUZA - PB011960  
ALEXANDRE GUSTAVO CEZAR NEVES - PB014640

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DA PARAÍBA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS E REMESSA NECESSÁRIA AÇÃO ORDINÁRIA MILITAR PREJUDICIAL PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO RENOVAÇÃO PERIÓDICA DO DANOS REJEIÇÃO MÉRITO GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE CONGELAMENTO PLEITO DE PAGAMENTO EM PERCENTUAL EQUIVALENTE A 20% DO SOLDOS APLICAÇÃO DO ART 4 DA LEI N 6507/97 SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N 50 DE 2003 AOS MILITARES POSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO DA VERBA APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N 185/2012 DIREITO AOS VALORES RETROATIVOS NÃO ALCANÇADOS PELA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONFRONTO DA SENTENÇA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STF NO TOCANTE AO JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA PROVIMENTO PARCIAL À REMESSA NECESSÁRIA E DESPROVIMENTO DOS APELOS.

Alega violação do art. 1º, *caput*, do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne ao transcurso do prazo prescricional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

É o que exatamente sucede *in casu* dos autos, ao revés do que ventila o Acórdão fustigado. Dentro desse quadro, no instante em que passara a vigor a Lei complementar n. 50/03, em 30 abril de 2003, norma esta que modificou a forma de pagamento de todos os adicionais percebidos pelos servidores públicos do Estado, civis e militares, exsurge a suposta lesão e, de resto, a própria pretensão, iniciando-se, de tal arte, a contagem do lapso prescricional de 5 (cinco) anos.

É dizer então: a norma em desfile se trata de típica lei de efeitos concretos, que modificou a forma de pagamento, de parcela remuneratória, referente a todos os servidores públicos de Administração direta e indireta do Poder Executivo. O postulante, ao alterar que a modificação em foco não o açambarcaria - por ser justamente servidor público militar - possuía 5 (cinco) anos para a propositura da demanda respectiva, contados a partir da data da vigência da norma em comento. que trouxe uma lesão ao seu patrimônio jurídico. Iterativa é a jurisprudência, nessa toada:

[...]

Logo, considerando a regra plasmada no art. 1º, do Decreto 20.910/1932, impõe-se o reconhecimento da prescrição da exigibilidade do direito em comento, afinal de contas, o termo final do lapso prescricional (30 de abril de 2008), de há muito, já se havia se passado, quando ajuizada a presente ação (fls. 159/160).

É o relatório. Decido.

É incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma local (municipal ou estadual), o que atrai, por analogia, o óbice do enunciado de Súmula n. 280/STF.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que, "consoante se depreende do acórdão vergastado, os fundamentos legais que lastrearam a presente questão repousam eminentemente na legislação estadual. Isso posto, eventual violação a lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia requer apreciação da legislação estadual citada, o que não se admite em Recurso Especial. Portanto, o aprofundamento de tal questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ" (REsp 1.697.046/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/11/2018).

Confira-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.196.366/PA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/9/2018; AgRg nos EDcl no AREsp n. 388.590/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/2/2016; AgRg no AREsp n. 521.353/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 19/8/2014; AgRg no REsp n. 1.061.361/RS, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 25/4/2014; AgRg no REsp n. 1.017.880/ES, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 3/8/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente